



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO DO ESTADO**

Curso: PROCESSO ADMINISTRATIVO
Professor: Marcos Augusto Perez

SEMINÁRIO: Processo Administrativo Ablatório

NOME DO ALUNO:

.....

NÚMERO USP:

.....

- (1) Considerando que processo administrativo ablatório seja aquele que importa na restrição ou no condicionamento do exercício de direitos pelos administrados, ou mesmo na perda do direito do administrado, como ocorre na desapropriação, pergunta-se: o processo ablatório segue a mesma lógica da atuação da administração encontrada nos processos normativos, sancionatórios ou adjudicatórios? Explique e comente diferenças e semelhanças.
- (2) Todas as limitações ao direito de propriedade descritas pela professora Odete estão sujeitas a algum tipo de indenização ou compensação? Explique e comente sobre os requisitos da indenização.
- (3) Suponha que, devido à pandemia de COVID-19, um Município do interior tenha editado um Decreto Municipal que decretou estado de calamidade pública e, ainda, autorizou a requisição de bens e equipamentos do hospital privado da cidade. Antes mesmo de publicado o Decreto, o Município, por meio de seus agentes, compareceu ao hospital privado e procedeu à retirada de equipamentos hospitalares, especialmente de UTI (respiradores, etc.) encaminhando-os a um hospital público. Conforme noticiado na mídia, no momento da requisição não havia casos confirmados de munícipes contaminados de COVID-19. O hospital público, por sua vez, não possuía equipe preparada para o manuseio dos equipamentos de UTI, tanto assim que foi noticiado posteriormente que um paciente internado no hospital público, com sintomas do vírus COVID-19, teria sido transferido para hospital da cidade vizinha. Caso questionado o ato judicial, supondo que você seja o juiz da causa, que critérios de formação do processo ablatório poderiam ser cogitados, para a verificação da legalidade da requisição?
- (4) Suponha que tenha sido publicado um Decreto expropriatório que declarou a utilidade pública de um determinado imóvel no Município de São Paulo, para que seja instalada uma estação do metrô. Após a publicação, as autoridades públicas foram até o local para efetuar as medições e avaliar o bem para fins de indenização. Haveria possibilidade de questionar-se o decreto de utilidade pública diante de sua edição sem precedência de contraditório? Explique. Que outros requisitos processuais poderiam ser levantados para questionar-se o decreto?